



**Poder Judiciário**  
**CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**  
**Turma Nacional de Uniformização**

SCES, TRECHO 3, Setor de Clubes Esportivos Sul - Polo 8 - Lote 9 - Bairro: Asa Sul - CEP: 70200-003 - Fone: (61) 3022-7000 - www.cjf.jus.br - Email: turma.uniformi@cjf.jus.br

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI**  
**(TURMA) Nº 5056680-63.2013.4.04.7000/PR**

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA

**REQUERENTE:** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

**REQUERIDO:** ALZIRA BELLO STRADIOTTO

**EMENTA**

**PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. PENSIONISTA PRETENDE REVER RENDA MENSAL INICIAL DE SEU BENEFÍCIO COM BASE EM REVISÃO DO BENEFÍCIO ORIGINÁRIO DO INSTITUIDOR DA PENSÃO. TURMA RECURSAL ADMITIU A REVISÃO. JURISPRUDÊNCIA DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO NO SENTIDO DO ACÓRDÃO RECORRIDO (TEMA 125). SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EM JULGADO RECENTE PROFERIDO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA Nº 1.605.554, UNIFICOU ENTENDIMENTO EM SENTIDO CONTRÁRIO AO DECIDIDO PELO JULGADO RECORRIDO, MESMO NO CASO EM QUE A CONSUMAÇÃO DO PRAZO DECADENCIAL OCORRA APÓS O ÓBITO DO TITULAR DO BENEFÍCIO ORIGINÁRIO, MAS ANTES DA PROPOSITURA DA AÇÃO REVISIONAL PELA BENEFICIÁRIA DA PENSÃO. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 38. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. PROPOSTA DE CANCELAMENTO DO TEMA 125.**

**ACÓRDÃO**

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, conhecer e dar provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto do Juiz Relator, com o cancelamento do Tema 125 da TNU.

Brasília, 23 de maio de 2019.

---

Documento eletrônico assinado por **GUILHERME BOLLORINI PEREIRA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc/externo\\_controlador.php?acao=consulta\\_autenticidade\\_documentos](https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos), mediante o preenchimento do código verificador **900000069656v7** e do código CRC **c0b10a4c**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): GUILHERME BOLLORINI PEREIRA  
Data e Hora: 27/5/2019, às 18:39:13

---

**5056680-63.2013.4.04.7000**

**900000069656.V7**



**Poder Judiciário**  
**CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**  
**Turma Nacional de Uniformização**

SCES, TRECHO 3, Setor de Clubes Esportivos Sul - Polo 8 - Lote 9 - Bairro: Asa Sul - CEP:  
70200-003 - Fone: (61) 3022-7000 - www.cjf.jus.br - Email: turma.uniformi@cjf.jus.br

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI**  
**(TURMA) Nº 5056680-63.2013.4.04.7000/PR**

**RELATOR:** JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA

**REQUERENTE:** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

**REQUERIDO:** ALZIRA BELLO STRADIOTTO

**RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de uniformização interposto pelo INSS (Evento 9, PEDUNIFNAC1, Página 1) face ao seguinte julgado da 3ª Turma Recursal do Paraná:

*Trata-se de recurso da parte autora contra sentença que julgou extinto o processo com resolução do mérito nos termos do artigo 269, inciso IV, do Código de Processo Civil, em razão da prescrição.*

*Prejudicial de Mérito - Prescrição*

*A Medida Provisória nº 1.523-9, editada em 27 de junho de 1997, convertida, após sucessivas reedições, na Lei nº 9.528/97, alterou o art. 103, da Lei nº 8.213/91, instituindo prazo para revisão do ato de concessão de benefícios previdenciários, nos seguintes termos:*

*Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.*

*O direito de requerer a revisão do ato de concessão de benefício é direito subjetivo denominado pela doutrina como direito a uma prestação. Este submete-se a prazo prescricional. Não se trata, portanto, de direito potestativo, que é espécie de direito subjetivo que confere ao seu titular a possibilidade de produzir efeitos jurídicos em seu favor, interferindo sobre situação jurídica de outras pessoas, mas sem o concurso da vontade dessas pessoas. Este, por sua vez, submetido a prazo decadencial.*

*Assim, o prazo previsto no caput, do artigo 103, da Lei nº 8.213/91, é de prescrição de fundo de direito e não propriamente de decadência.*

Nos termos da orientação jurisprudencial, os "benefício previdenciário concedido antes da Medida Provisória n. 1.523-9/1997 (convertida na Lei n. 9.528/1997), sujeita-se ao prazo decadencial de 10 anos introduzido por essa norma no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/1991, a contar do dia 28/6/1997, quando entrou em vigor a aludida MP" (STJ, AgRg no REsp 1226384/PR, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 28/05/2013, DJe 03/06/2013).

Nesse sentido é a jurisprudência:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. BENEFÍCIOS ANTERIORES À VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.523-9/1997. INCIDÊNCIA. 1. "A Primeira Seção, no julgamento do REsp n. 1.309.529/PR, realizado no dia 28 de novembro de 2012, por maioria decidiu que o prazo de dez anos para a decadência do direito à revisão dos benefícios previdenciários, criado pela Medida Provisória n. 1.523-9/97, alterando o art. 103 da Lei n. 8.213/91, também se aplica aos benefícios concedidos antes da sua entrada em vigor." (AgRg no AREsp 196.452/PB, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/4/2013) 2. Sendo o benefício anterior à data de vigência da referida medida provisória (28/6/1997), a qual foi considerada como termo a quo do prazo decadencial em questão, configurou-se, no caso, a caducidade do direito do segurado de pleitear a revisão, em razão de o ajuizamento da ação ter-se dado em 2009. 3. Decisão mantida por seus próprios fundamentos. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no REsp 1231451/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 21/05/2013, DJe 31/05/2013).

Ementa: PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. APLICABILIDADE DO PRAZO DECADENCIAL DO ART. 103 DA LEI Nº 8.213/1991 AOS BENEFÍCIOS ANTERIORES E POSTERIORES À EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.523-9/1997. POSSIBILIDADE. 1. Tomando, por analogia, o raciocínio utilizado pelo STJ na interpretação do art. 54 da Lei 9.784/99 (REsp nº 658.130/SP), no caso dos benefícios concedidos anteriormente à entrada em vigência da medida provisória, deve ser tomado como termo a quo para a contagem do prazo decadencial, não a DIB (data de início do benefício), mas a data da entrada em vigor do diploma legal. 3. Em 01.08.2007, 10 anos contados do "dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação" recebida após o início da vigência da Medida Provisória nº 1.523-9/1997, restou consubstanciada a decadência das ações que visem à revisão de ato concessório de benefício previdenciário instituído anteriormente a 26.06.1997, data da entrada em vigor da referida MP. 3. Pedido de Uniformização conhecido e provido. (IUJEF 200670500070639, Turma Nacional de Uniformização, Relatora Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 24/06/2010).

De outro lado, "É também pacífica a orientação jurisprudencial de que, em demanda concernente ao direito (...), não negado expressamente pela Administração, a prescrição não alcança o fundo de direito, mas somente as parcelas anteriores ao quinquênio pretérito à propositura da ação, conforme orientação fixada pela

*Súmula 85/STJ" (STJ, EDcl no REsp 1168762/AM, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 02/05/2013, DJe 14/05/2013).*

*Nesse mesmo sentido é a jurisprudência da Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região:*

*"A decadência prevista no artigo 103 da Lei 8.213/91 não alcança questões que não restaram resolvidas no ato administrativo que apreciou o pedido de concessão do benefício. Isso pelo simples fato de que, como o prazo decadencial limita a possibilidade de controle de legalidade do ato administrativo, não pode atingir aquilo que não foi objeto de apreciação pela Administração" (TRF4, EINF 0000851-73.2009.404.7211, Terceira Seção, Relator Luís Alberto D'azevedo Aurvalle, D.E. 14/12/2011).*

*Portanto, nas hipóteses em que o segurado busca a revisão da renda mensal inicial de seu benefício previdenciário com fundamento em fatos não submetidos à análise do INSS, ou em relação aos quais não há negativa expressa da Administração Previdenciária, ou seja, nos casos em que não se tem negativa inequívoca do INSS, a prescrição não alcança o fundo de direito, mas somente as parcelas anteriores aos cinco anos do ajuizamento da ação.*

*A presente ação foi ajuizada buscando a revisão da renda mensal inicial do benefício de aposentadoria do segurado instituidor, "utilizando, como menor valor teto, o valor reajustado pelo INPC em substituição aos índices governamentais desde 11/79 e a partir de 03/86 o IPC" e, em consequência, a revisão da RMI do benefício atual (pensão por morte). O pedido de revisão, portanto, busca alterar o critério de cálculo da RMI de benefício previdenciário adotado pelo INSS ao tempo da concessão do benefício de aposentadoria.*

*Nessas condições, em relação ao benefício de aposentadoria por tempo de serviço (NB 0832022560 - DIB 01/02/1988), a contagem do prazo para a revisão pretendida teve início em 28/06/1997, quando entrou em vigor a norma instituidora do prazo para a revisão de benefícios previdenciários.*

*Tendo em vista o início de vigência da MP e o ajuizamento desta ação (22/03/2010), já se consumou integralmente o lapso de 10 (dez) anos, em relação ao benefício de aposentadoria.*

***De outro lado, não houve prescrição do direito de requerer a revisão do ato de concessão da pensão por morte (NB 1319508224), pois trata-se de benefício concedido em 28/02/2004 e a presente ação foi ajuizada em 22/03/2010.***

*Cumpre, portanto, analisar o pedido de revisão da renda mensal inicial do benefício de pensão, como reflexo da revisão da RMI do benefício de aposentadoria, mediante correção do menor valor teto pelo INPC/IPC.*

*Mérito*

*Conforme já relatado, a parte autora pretende a revisão da renda mensal inicial de seu benefício de pensão por morte (NB 1319508224 - DIB 28/02/2004), como reflexo da revisão da RMI do benefício de*

*aposentadoria por tempo de serviço (NB 0832022560 - DIB 01/02/1988), recebida pelo segurado instituidor, mediante correção do menor valor teto pelo INPC/IPC, por força da Lei nº 6.708/79.*

*A Lei Orgânica da Previdência Social - LOPS (Lei nº 3.807/60), na sua redação original, não estabelecia a forma de cálculo do salário-de-benefício dos benefícios em geral. A Lei nº 5.890/73, que alterou a Legislação de Previdência Social, estabeleceu a forma de cálculo da renda mensal de benefícios, no seu artigo 5º, nos seguintes termos:*

*Art 5º Os benefícios a serem pagos sob a forma de renda mensal terão seus valores fixados da seguinte forma: (Vide)*

*I - quando o salário-de-benefício for igual ou inferior a 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, aplicar-se-lhe-ão os coeficientes previstos nesta e na Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960;*

*II - quando o salário-de-benefício for superior ao do item anterior será ele dividido em duas parcelas, a primeira, igual a 10 (dez) vezes o maior salário mínimo vigente no País, a segunda, será o valor excedente ao da primeira; a) sobre a primeira parcela aplicar-se-ão os coeficientes previstos no item anterior; b) sobre a segunda, aplicar-se-á um coeficiente igual a tantos 1/30 (um trinta avos) quantos forem os grupos de 12 (doze) contribuições acima de 10 (dez) salários-mínimos, respeitado, em cada caso, o limite máximo de 80% (oitenta por cento) do valor da parcela;*

*III - o valor da renda mensal no caso do item anterior será a soma das parcelas calculadas na forma das alíneas a e b, não podendo ultrapassar o valor correspondente a 90% (noventa por cento) de 20 (vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.*

*Portanto, o salário-de-benefício superior a 10 vezes o maior salário mínimo vigente no país passou a ser calculado em duas parcelas. A primeira de valor igual a 10 vezes o maior salário mínimo vigente no país e a segunda calculada sobre o valor excedente ao da primeira parcela.*

*Já a Consolidação das Leis da Previdência Social - CLPS de 1984 (Decreto nº 89.312/84), vigente ao tempo da concessão da aposentadoria do segurado instituidor (evento 1 - INFBN7), estabeleceu o seguinte critério de cálculo da renda mensal:*

*Art. 23. O valor do benefício de prestação continuada é calculado da forma seguinte:*

*I - quando, o salário-de-benefício é igual ou inferior ao menor valor-teto, são aplicados os coeficientes previstos nesta Consolidação;*

*II - quando é superior ao menor valor-teto, o salário-de-benefício é dividido em duas parcelas, a primeira igual ao menor valor-teto e a segunda correspondente ao que excede o valor da primeira, aplicando-se: a) à primeira parcela os coeficientes previstos nesta Consolidação; b) à segunda um coeficiente igual a tantos 1/30 (um trinta avos) quantos forem*

os grupos de 12 (doze) contribuições acima do menor valor-teto, respeitado o limite máximo de 80% (oitenta por cento) do valor dessa parcela;

*III - na hipótese do item II o valor da renda mensal é a soma das parcelas calculadas na forma das letras "a" e "b", não podendo ultrapassar 90% (noventa por cento) do maior valor-teto.*

*A parte autora sustenta que é devida a revisão da RMI do benefício de aposentadoria do segurado instituidor, mediante correção do menor valor teto pelo INPC, por força da Lei nº 6.708/79, e, em consequência, a revisão da RMI da pensão por morte da autora.*

***Da análise da Carta de Concessão do benefício de aposentadoria por tempo de serviço, NB 0832022560 (evento 8: PROCADM1 - p. 10 / PROCADM2 - p. 5), verifica-se que o salário-de-benefício (Cz\$ 54.800,00) é superior ao menor valor teto vigente ao tempo da concessão (DIB: 01/02/1988 / menor valor teto = Cz\$ 27.400,00) e o cálculo da renda mensal observou a norma do inciso II, do artigo 23, Decreto nº 89.312/84.***

*Portanto, eventual alteração do valor do menor valor teto, decorrente de correção monetária, importará em alteração da RMI da aposentadoria que precede a pensão a ser ora revista.*

*Na hipótese dos autos, assiste razão à parte autora, nos termos da orientação jurisprudencial:*

***EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIOS. MENOR VALOR-TETO. INPC. LEI N. 6.708/79. SISTEMÁTICA DE CÁLCULO. QUESTÃO JÁ UNIFORMIZADA. 1. A sistemática de cálculo do INSS ao aplicar a Lei 6.708/79 só prejudicou aqueles que tiveram o benefício concedido entre maio de 1980 a abril de 1982, janeiro de 1987 a fevereiro de 1987, e setembro de 1987 a outubro de 1988. Precedentes da TRU4. 2. Caso em que o benefício foi concedido em 10.06.1986, não se inserindo em nenhuma das épocas em que houve efetivo prejuízo aos segurados. 3. Pedido de uniformização conhecido e não provido. (5002447-14.2012.404.7110, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relatora p/ Acórdão Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo, D.E. 26/07/2012).***

***EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIOS. MENOR VALOR-TETO. INPC. PERÍODOS POSTERIORES A MAIO DE 1982. 1. No julgamento do IUJEF 2006.72.95.019266-9, este órgão colegiado decidiu que não há diferenças a favor dos segurados quanto à revisão do menor valor-teto dos benefícios concedidos no período de junho de 1982 a fevereiro de 1986, sob o fundamento de que após a revisão implementada pela Portaria MPAS 2.840/82 o INSS passou a aplicar com correção o INPC originalmente divulgado, que não deve ser substituído pela tabela compatibilizada do INPC Série Histórica. 2. Quanto ao período posterior a fevereiro de 1986, há diferenças favoráveis aos segurados cujos benefícios foram concedidos nos períodos de janeiro a fevereiro de 1987 e setembro de 1987 a outubro de 1988. Essas diferenças decorrem do fato de que, segundo o entendimento que prevalece neste colegiado e no TRF4, o IPC***

*substituiu o INPC a partir de janeiro de 1987 para a atualização do menor valor-teto, devendo ser aplicado com a mesma periodicidade da correção do salário mínimo. 3. Incidente conhecido e desprovido. (IUJEF 2006.71.63.002364-0, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator Andrei Pitten Velloso, D.E. 28/10/2009).*

*Nessas condições, considerando que o benefício de aposentadoria por tempo de serviço teve início em 01/02/1988, a parte autora tem direito ao reajuste pleiteado.*

***Assim, o recurso interposto deve ser parcialmente provido para reformar a sentença recorrida, condenando o INSS a revisar o benefício de pensão por morte (NB 1319508224 - DIB 28/02/2004), como reflexo da revisão da RMI do benefício de aposentadoria por tempo de serviço (NB 0832022560 - DIB 01/02/1988), recebida pelo segurado instituidor, mediante correção do menor valor teto nos termos da jurisprudência da TRU4 (IUJEF 2006.71.63.002364-0). O INSS deverá ainda pagar eventuais diferenças decorrentes da revisão, desde a DER (28/02/2004), corrigidos monetariamente pelos mesmos índices que reajustam os benefícios mantidos pelo RGPS (Lei 10.741/03, art. 31), e acrescidas de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação (Súmula 75 do TRF4ª Região), observada a prescrição quinquenal (Lei nº 8.213/91, art. 103, parágrafo único).***

*É inaplicável a regra contida no art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, porque os índices de remuneração da poupança são imprestáveis para refletir a variação do poder aquisitivo da moeda. Opera-se o reconhecimento da inconstitucionalidade pelo controle difuso de constitucionalidade, com maior razão agora, com a orientação oferecida pelo STF, quando do julgamento das ADINs 4357 e 4425.*

*Por essa razão, os créditos previdenciários pagos judicialmente devem ser atualizados, desde quando se tornaram devidos, pelos mesmos índices utilizados para o reajustamento dos benefícios previdenciários, e acrescidos de juros de mora de 12% ao ano, a contar da citação. Em outras palavras, deve ser desconsiderada, ex tunc, a eficácia da sistemática de atualização monetária e remuneração pela mora oferecida pela Lei 11.960/2009.*

*Ante o exposto, voto por DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Sem honorários (Lei 9.099/95, art. 55, 2ª parte).*

*VISTOS, relatados e discutidos os autos, à unanimidade, ACORDAM o(a)s Juízes(as) da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Paraná, em conformidade com o voto do(a) Relator(a).*

O INSS traz como paradigmas julgados da Turma Recursal do Espírito Santo (processo nº 2008.50.50.000168-1/01, Relator Juiz Federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, do tempo em que havia somente uma turma recursal naquele Estado) e da 1ª Turma Recursal do Rio de Janeiro (processo nº 2008.51.51.004800-3/01, Relator Juiz Federal Walter Shuenquener de Araújo), ambos no sentido de que, decorridos dez anos da concessão do benefício originário, opera-se a decadência do direito à revisão do mesmo e, conseqüentemente, não há como se alterar o benefício derivado.

O incidente não foi admitido na origem. Interposto agravo, a TNU determinou o sobrestamento (Evento 26, DEC1, Página 1) face à pendência de decisão quanto ao Tema 135 (*Saber se é devida a aplicação do prazo decadencial decenal, instituído pela MP n. 1.523/1997, aos benefícios concedidos antes de sua vigência*).

O Gabinete de Admissibilidade do Paraná devolveu os autos à TNU (evento 36), sob o fundamento de que a questão tratada neste processo não guarda similitude fática com o que foi discutido no Tema 135.

Retornando os autos a este Colegiado Nacional, o incidente de uniformização foi admitido (evento 38).

**É o relatório. Passo ao voto.**

## VOTO

A matéria objeto do presente incidente foi apreciada e decidida por este Colegiado Nacional, como se observa no representativo de controvérsia (**TEMA nº 125**) relativo ao PEDILEF nº 50493285420134047000, de relatoria do Juiz Federal BOAVENTURA JOÃO ANDRADE (pub. no DJe 27/01/2017), no qual ficou assentado que a contagem do prazo decadencial do benefício de **pensão** por morte transcorre independentemente do benefício do segurado instituidor.

*“VOTO-EMENTA PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PREVIDENCIÁRIO. **PENSÃO POR MORTE. ACTIO NATA. BENEFÍCIO ORIGINÁRIO, DECADÊNCIA. BENEFÍCIO DERIVADO. TERMO INICIAL ISOLADO. STJ E TNU. PRECEDENTES. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO.***

....

*Em decorrência, firmar a tese representativa da controvérsia no sentido de que: (i) o marco inicial para a contagem do prazo decadencial do benefício de pensão por morte transcorre independentemente do benefício do segurado instituidor. Portanto, a partir da data do início (DIB) do benefício [derivado]; e (ii) em alinhamento com a jurisprudência do STJ acima destacada, caso o direito de revisão específico do pensionista não seja alcançado pela decadência, o beneficiário não poderá receber eventual diferença oriunda do recálculo do benefício do instituidor [originário], em relação ao qual houve o transcurso do prazo decadencial, mas fará jus ao reflexo financeiro correspondente na pensão concedida.*

*(PEDILEF 50493285420134047000, JUIZ FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE, TNU, DOU 27/01/2017.)*

Houve interposição de pedido de uniformização junto ao Superior Tribunal de Justiça (PUIL 365), ao qual foi negado provimento, conforme decisão proferida pela Ministra Assusete Magalhães, publicada em 30/11/2017.

Assim, no que tange ao termo inicial para revisão de benefícios titularizados por pessoas diferentes, a TNU tem entendido que o princípio da *actio nata* deve ser aplicado não apenas à prescrição (sua sede natural), mas também à **decadência**. Assim, nos casos de **pensão** por morte derivada de benefício anterior, os prazos decadenciais hão de ser computados a contar da data da concessão do benefício derivado, eis que antes deste momento o dependente ainda não era titular do benefício e, por isso, não tinha legitimidade para agir, quer para questionar seu próprio benefício, quer para questionar o benefício **originário** para dele extrair efeitos reflexos.

Houve decisões nesse sentido no Superior Tribunal de Justiça.

**No entanto, a Corte Superior, por sua Primeira Seção, no julgamento dos Embargos de Divergência nº 1.605.554, Relatora para acórdão Ministra Assusete Magalhães (decisão de 19/3/2019), por maioria, unificou o entendimento das 1ª e 2ª Turmas, pelo qual a concessão da pensão por morte, embora legitime o pensionista a pedir a revisão da aposentadoria do falecido, não tem como efeito reabrir o prazo decadencial para essa discussão. Fundamentou a Ministra Relatora:**

*Realmente, o direito de revisar o benefício originário pertencia ao falecido segurado, que não o exerceu. Por conseguinte, considerando que o direito decaiu, não poderá, posteriormente, ser invocado pela titular da pensão por morte, a quem restará, tão somente, em sendo o caso, o direito de revisar os critérios utilizados no cálculo da renda mensal inicial da própria pensão, por exemplo, se inobservados os parâmetros estabelecidos no artigo 75 da Lei 8.213/91.*

Entendeu também a Ministra Relatora que o prazo decadencial segue ininterruptamente mesmo que o óbito do segurado tenha ocorrido antes de escoado o prazo decenal para a revisão do benefício originário. Afirmou a Ministra Relatora:

*O prazo decadencial...é fixado em relação ao direito, não em relação à pessoa, de forma que nem mesmo os incapazes escapam dos seus efeitos. Por isso... a morte do pai da autora e a concessão da pensão não interferem na decadência do direito de revisão do beneficiário originário – decadência essa que, no caso dos autos, já havia ocorrido antes mesmo do óbito.*

Assim, encontram-se superadas as teses relativas ao Tema 125: **(i) o marco inicial para a contagem do prazo decadencial do benefício de pensão por morte transcorre independentemente do benefício do segurado instituidor. Portanto, a partir da data do início (DIB) do benefício [derivado]; ii) em alinhamento com a jurisprudência do STJ acima destacada, caso o direito de revisão específico do pensionista não seja alcançado pela decadência, o beneficiário não poderá receber eventual diferença oriunda do recálculo do benefício do instituidor [originário], em relação ao qual houve o transcurso do prazo decadencial, mas fará jus ao reflexo financeiro correspondente na pensão concedida.**

No caso concreto, como visto, o benefício de pensão por morte (NB 1319508224) foi concedido com DIB em 28/02/2004, e o anterior, do qual se originou, uma aposentadoria por tempo de contribuição, teve a DIB fixada em 1º/2/1988, tendo a ação sido proposta em março de 2010.

Em relação ao primeiro benefício (originário), como foi concedido anteriormente à Medida Provisória nº 1.523/97, a contagem do prazo decadencial opera da seguinte maneira, definida pelo Supremo Tribunal Federal:

*DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTERIORMENTE À MP Nº 1.523/1997. PRECEDENTES. 1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o mérito do RE 626.489, com repercussão geral reconhecida, (Tema 313 - **Aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória nº 1.523/97 a benefícios concedidos antes da sua edição**), decidiu que o prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória nº 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe retroatividade vedada pela Constituição. 2. Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 25% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015. 3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (RE 994490 AgR / RS Relator Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, pub. DJe-141 DIVULG 27-06-2017 PUBLIC 28-06-2017).*

Sendo assim, com base no julgado acima referido do Superior Tribunal de Justiça, a decadência **ocorreu** em relação ao direito de revisão do benefício originário, já que a pensão foi concedida com DIB em 28/2/2004, mas a presente ação somente foi proposta em março de 2010.

Portanto, tendo o acórdão recorrido decidido contrariamente à jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, é de se aplicar a Questão de Ordem nº 38 (*Em decorrência de julgamento em pedido de uniformização, poderá a Turma Nacional aplicar o direito ao caso concreto decidindo o litígio de modo definitivo, desde que a matéria seja de direito apenas, ou, sendo de fato e de direito, não necessite reexaminar o quadro probatório definido pelas instâncias anteriores, podendo para tanto, restabelecer a sentença desconstituída por Turma Recursal ou Regional*).

Pelo exposto, voto no sentido de **conhecer e dar provimento** ao incidente de uniformização para, aplicando a Questão de Ordem nº 38, restabelecer a sentença. Também proponho o **cancelamento do Tema 125** deste Colegiado Nacional.

Documento eletrônico assinado por **GUILHERME BOLLORINI PEREIRA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc/externo\\_controlador.php?acao=consulta\\_autenticidade\\_documentos](https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos), mediante o preenchimento do código verificador **900000069655v31** e do código CRC **5885299a**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): GUILHERME BOLLORINI PEREIRA

Data e Hora: 27/5/2019, às 18:38:47

---

**5056680-63.2013.4.04.7000**

**900000069655.V31**